



GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

Sterlite Power

Demonstrações Financeiras 2025

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://estaduaori.estadao.com.br/publicacoes/>

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.549	1.224	Fornecedores	9	1.887	1.928
Concessionária e permissionárias	6	3.336	3.812	Salários e encargos sociais		1.617	1.351
Tributos e contribuições a compensar		212	161	Tributos e contribuições sociais		414	627
Prêmio de seguro		529	388	Imposto de renda e contribuição social		345	273
Adiantamento a fornecedores e funcionários	7	-	69	Encargos setoriais		3.675	491
Ativo da concessão	8	36.033	37.333	PIS e COFINS diferido	10	1.315	1.363
Outros ativos		375	-	Dividendos a pagar		333	152
Total do ativo circulante		53.034	42.794	Outros passivos	11	-	5.017
Não circulante				Total do passivo circulante		9.586	11.202
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Concessionária e permissionárias	6	823	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	14.816	14.357
Ativo da concessão	8	444.940	428.726	Tributos indiretos diferidos	10	16.243	16.187
Prêmio de seguro		224	-	Provisões para contingências	12	9.364	11.466
Adiantamento a fornecedores	7	2.233	1.852	Total do passivo não circulante		40.423	42.010
Total do ativo não circulante		448.220	430.771	Patrimônio líquido			
Total do ativo		501.254	473.565	Capital social	13.a	380.765	380.765
				Reservas de lucros	13.c e 13.d	70.428	39.288
						451.193	420.053
				Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	52	300
				Total do patrimônio líquido		451.245	420.353
				Total do passivo e patrimônio líquido		501.254	473.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de infraestrutura e operação e manutenção		6.207	2.458
Remuneração do ativo de concessão		44.495	38.639
Receita operacional líquida	14	50.702	41.097
Custo de implementação de infraestrutura	15	-	(12.261)
Custo de operação e manutenção	16	(3.504)	(2.352)
Lucro bruto		47.198	26.484
Despesas gerais e administrativas	17	(16.268)	(7.359)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	5.134	(84)
Lucro antes do resultado financeiro		36.064	19.041
Receitas financeiras		475	229
Despesas financeiras		(345)	(1.714)
Resultado financeiro	19	130	(1.485)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.194	17.556
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	(1.224)	(983)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	76	(544)
Lucro líquido do exercício		35.046	16.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	35.046	16.029
Total de resultados abrangentes	35.046	16.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		348.870	3.745	70.433	-	423.048	-	423.048
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	-	-	-	-	-	32.195	32.195
Aumento de capital social	13.c	31.895	-	-	-	31.895	(31.895)	-
Distribuição de dividendos	13.c	-	-	(50.767)	-	(50.767)	-	(50.767)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	16.029	16.029	-	16.029
Constituição de reserva legal	13.c	-	801	-	(801)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(152)	(152)	-	(152)
Constituição das reservas de retenção de lucros		-	-	15.076	(15.076)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		380.765	4.546	34.742	-	420.053	300	420.353
Adiantamento para futuro aumento de capital	13.b	-	-	-	-	-	(248)	(248)
Aumento de capital social		-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	13.c	-	-	(3.573)	-	(3.573)	-	(3.573)
Lucro líquido do exercício	13.c	-	-	-	35.046	35.046	-	35.046
Constituição de reserva legal	13.c	-	1.752	-	(1.752)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.c	-	-	-	(333)	(333)	-	(333)
Constituição das reservas de retenção de lucros	13.c	-	-	32.961	(32.961)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		380.765	6.298	64.130	-	451.193	52	451.245

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social		36.194	16.113
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais			
Remuneração do contrato de concessão	8	(43.951)	-
PIS e COFINS diferidos	10	8	(667)
Provisões para contingências	12	(2.102)	1.557
Outros ajustes	11	536	370
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		8	(29.037)
Ativo de concessão	8	29.037	(6.291)
Concessionárias e permissionárias	6	(347)	(1.151)
Impostos e contribuições a compensar		(51)	102
Prêmio de seguro	20	(365)	278
Adiantamentos a fornecedores e funcionários	9	(312)	(624)
Outros		(375)	-
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		9	(41)
Fornecedores	9	(41)	(3.464)
Tributos e contribuições sociais		(213)	381
Salários e encargos sociais		266	525
Encargos setoriais		3.184	296
Outros passivos		(5.017)	3.344
Imposto de renda e contribuição social		14	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.166)	(367)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		15.299	10.402
Atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	31.895
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	(248)	300
Dividendos pagos	13	(3.726)	(50.767)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(3.974)	(18.572)
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa		11.325	(8.170)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro		1.224	9.394
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		12.549	1.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

classificadas nos seguintes grupos: a) **Receita de infraestrutura**: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) **Remuneração dos ativos de concessão**: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) **Receita de operação e manutenção**: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

4 Eventos subsequentes

4.1 Homologação judicial do Plano de Recuperação Extrajudicial: Conforme mencionada na nota explicativa 1.4.1, nos termos da decisão proferida em 27 de janeiro de 2026, publicada em 30 de janeiro de 2026 no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), complementada pela decisão proferida em 06 de março de 2026, o Plano de Recuperação Extrajudicial da Two Square, GBS e Olindina foi homologado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

1.1. Objeto social: A Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Goyaz"), foi constituída em 24 de julho de 2018 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de março de 2026.

3 Políticas contábeis materiais

3.1. Ativo de concessão - contratual: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 8). O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01

(R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em: a) **Ativo de concessão - financeiro**: A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado. b) **Ativo de concessão - contratual**: A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 8). O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, e (ii) atualizado pelo IPCA. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.2. Reconhecimento de receita: As receitas são reconhecidas quando o conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são

DIRETORIA

Luiz Felipe Negreiros de Sá
Diretor

Julia Coelho Peres
Diretora

Gabriela Desire Olímpio Pereira
Diretora

CONTADOR

Anderson de Souza Santos
CRC - 1SP245747/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Goyaz Transmissão de Energia S.A.** São Paulo - SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Goyaz Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade**

operacional: Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.5, que informa que a controladora da Companhia, protocolou pedido de recuperação extrajudicial, o qual foi homologado em 6 de março de 2026, estando em fase de implementação e cumprimento das obrigações previstas no respectivo plano, inclusive no que diz respeito à novação dos créditos afetados. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, descritos na referida nota explicativa indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo



Sterlite Power

GOYAZ TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 31.095.289/0001-01

Demonstrações Financeiras 2025

→ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade

operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

EY Shape the future
with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

www.sterlitepower.com/br/brazil

TRANSPARÊNCIA É POSICIONAMENTO

DEMONSTRE SEUS RESULTADOS ONDE
INVESTIDORES E DECISORES BUSCAM REFERÊNCIA.



Líder em conteúdo de
economia & negócios.

A força do Estadão
+56 MM
Impactos/mês



+27,5 MM

De usuários únicos



Líderes e formadores
de opinião leem o
Estadão diariamente.

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais - Seguidores e Inscritos. Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25).



ESTADÃO RI Publicação simultânea na plataforma
de relações com investidores.

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

AGÊNCIA
ESTADÃO

broadcast

ESTADÃO